

A história ou a leitura do tempo

Roger Chartier

A história ou a leitura do tempo

Tradução
Cristina Antunes

autêntica

Copyright © 2007, Editorial Gedisa, S.A

TÍTULO ORIGINAL

La historia o la lectura del tiempo

PROJETO GRÁFICO DA CAPA

Diogo Droschi

TRADUÇÃO

Cristina Antunes

EDITORACÃO ELETRÔNICA

Tales Leon de Marco

REVISÃO

Cecilia Martins

EDITORA RESPONSÁVEL

Rejane Dias

Revisado conforme o Novo Acordo Ortográfico.

Todos os direitos reservados pela Autêntica Editora. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, seja por meios mecânicos, eletrônicos, seja via cópia xerográfica, sem a autorização prévia da Editora.

AUTÊNTICA EDITORA

Rua Aimorés, 981, 8º andar . Funcionários

30140-071 . Belo Horizonte . MG

Tel: (55 31) 3222 68 19

TELEVENDAS: 0800 283 13 22

www.autenticaeditora.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Chartier, Roger, 1945- .

A história ou a leitura do tempo / Roger Chartier ; [tradução de Cristina Antunes]. -- Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2009.

Título original: La historia o la lectura del tiempo.

ISBN 978-85-7526-393-8

1. Comunicação escrita 2. Historiografia - Século 20 3. Livros - História 4. Livros e leitura I. Título. II. Título: A leitura do tempo

09-03244

CDD- 028

Índices para catálogo sistemático:

1. Livros e leitura : História 028

7	Nota prévia
11	A história, entre relato e conhecimento
17	A instituição histórica
21	As relações no passado. História e memória
24	As relações no passado. História e ficção
33	Do social ao cultural
45	Discursos eruditos e práticas populares
53	Micro-história e globalidade
59	A história na era digital
65	Os tempos da história
69	Referências

Nota prévia



Este livro é o décimo que publico em português. Sua publicação me permite recordar quais foram as mutações de minha disciplina, a história, depois de 1988, data de minha primeira obra editada em português, *A história cultural entre práticas e representações*. A partir de uma série de reflexões metodológicas e diversos estudos de caso, o livro citado propunha um conjunto de conceitos que proporcionava novos modelos de análise capazes de superar os limites das duas formas que dominavam a história cultural: por um lado, a história das mentalidades tal como a definiam as obras de Lucien Febvre ou Robert Mandrou; por outro lado, uma história quantitativa, que seguia os métodos estatísticos da história econômica e social. As noções de *representação, práticas e apropriação* que se encontram em meu livro de 1988 propunham uma aproximação que insistia mais nos usos particulares do que nas distribuições estatísticas. Nesse sentido, chamava a atenção para os gestos e comportamentos, e não apenas para as ideias e os discursos, e considerava as representações (individuais ou coletivas, puramente mentais, textuais ou iconográficas) não como simples reflexos verdadeiros ou falsos da realidade, mas como entidades que vão construindo as próprias divisões do mundo social.

Em 1994, foi publicado um segundo livro meu em português no Brasil: *A ordem dos livros. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. É também uma obra muito importante para mim porque foi o ensaio com o qual comecei a definir o campo de trabalho que é ainda o meu hoje em dia. Em *A ordem dos livros* tratei de vincular várias aproximações até então separadas: a crítica textual, a história do livro e a sociologia histórica da cultura. Nele, propunha algumas questões que continuam me acompanhando; entre elas as modalidades históricas da construção da figura do autor e o papel das várias maneiras de ler no processo que dá sentido aos textos, assim como a diferença entre as bibliotecas de pedra e as bibliotecas de papel (quando a palavra designa uma coleção impressa), uma diferença que ilustra a tensão entre o desejo de universalidade que conduz ao sonho de uma biblioteca que abarque todos os livros que foram escritos (ou, com Borges, que poderiam sê-lo) e que requer – diante do temor do excesso – escolhas e seleções, multiplicando-se, assim, os extratos e as antologias.

Ainda que os historiadores tenham sido sempre os piores profetas, certamente, no entanto, podem ajudar a compreender as heresias acumuladas que fizeram de nós o que somos hoje. Foi essa a certeza que fundamentou outros livros meus: *A aventura do livro: do leitor ao navegador. Conversações com Jean Lebrun* (1998a); *Os desafios da escrita* (2002b) e *Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação* (2003a). A série de ensaios e diálogos

reunidos neles respondia a um esforço para situar as mudanças que a entrada na cultura digital impõe a uma história de longa duração da cultura escrita. Tratava-se, então, de refletir sobre os desafios do presente, pois se constata uma nova definição dos papéis das antigas formas da comunicação (palavra viva, escrita manuscrita, publicação impressa), requerida pela importância cada dia mais forte de uma nova modalidade de composição, transmissão e apropriação do escrito (e também das imagens da palavra e da música). A invenção da escrita no mundo da oralidade, a aparição do códice no mundo dos rolos ou a difusão da imprensa no mundo do manuscrito obrigaram a semelhantes, se não idênticas, reorganizações das práticas culturais (CHARTIER, 2002a; 2003a). Recordá-lo não significa que a história se repita, e sim destacar que esta pode buscar conhecimentos e ajudar a compreensão crítica das inovações do presente, as quais, por sua vez, nos seduzem e nos inquietam.

Ao apresentar as transformações que sofreu, nestes últimos 30 anos, a disciplina a que pertenço – a história – este novo livro (sugerido primeiro pela editora espanhola Gedisa para seu projeto *Visión 3X*) me dá a oportunidade de continuar com uma reflexão que comecei em um livro publicado em 1998 e traduzido para o português em 2002 – *À beira da falésia* –, no qual tratava de responder a uma questão que naquele momento obcecava os historiadores: a de uma suposta “crise da história”.

A história, entre relato e conhecimento



Talvez seja conveniente recordar as duas perguntas formuladas nesse texto a fim de compreender melhor a novidade das questões que habitam em nosso presente. A primeira derivava diretamente da evidenciação das dimensões retórica e narrativa da história, designadas com perspicácia em três obras fundacionais publicadas entre 1971 e 1975: *Comment on écrit l'histoire* (*Como se escreve a história*), de Paul Veyne (1971), *Metahistory* (*Meta-história*), de Hayden White (1973), e *L'Écriture de l'Histoire* (*A escrita da história*), de Michel de Certeau (1975). Veyne (1971, p. 67), ao afirmar que a história “é, antes de tudo, um relato e o que se denomina explicação não é mais que a maneira de a narração se organizar em uma trama compreensível”, Hayden White (1973, p. IX), ao identificar “as formas estruturais profundas da imaginação histórica” com as quatro figuras da retórica e da poesia clássica, ou seja, a metáfora, a metonímia, a sinédoque e a ironia, e de Certeau (1975, p. 110), ao afirmar que “o discurso histórico pretende dar um conteúdo verdadeiro (que vem da verificabilidade), mas sob forma de uma narração”, obrigavam os historiadores a abandonar a certeza de uma coincidência total

entre o passado tal como foi e a explicação histórica que o sustenta.

Essa interpelação suscitou uma profunda preocupação, já que, durante muito tempo, a história havia esquivado sua pertinência à classe dos relatos e havia apagado as figuras próprias de sua escritura, reivindicando seu cientificismo. Assim, quer se trate de uma recopilação de exemplos à moda antiga, quer se ofereça como conhecimento de si mesma na tradição historicista e romântica alemã, quer se proclame “científica”, a história não podia senão recusar pensar-se como um relato e como uma escritura. A narração não podia ter uma condição própria, pois, conforme os casos, estava submetida às disposições e às figuras da arte retórica, ou seja, era considerada como o lugar onde se revelava o sentido dos próprios fatos ou era percebida como um obstáculo importante para o conhecimento verdadeiro (HARTOG, 1994). Só o questionamento dessa epistemologia da coincidência e a tomada de consciência sobre a brecha existente entre o passado e sua representação, entre o que foi e o que não é mais e as construções narrativas que se propõem ocupar o lugar desse passado permitiram o desenvolvimento de uma reflexão sobre a história, entendida como uma escritura sempre construída a partir de figuras retóricas e de estruturas narrativas que também são as da ficção.

Daí deriva a questão principal em que se baseou o diagnóstico de uma possível “crise da história” nos anos 1980 e 1990. Se a história como disciplina de saber partilha suas fórmulas com a escritura de imaginação, é possível continuar

atribuindo a ela um regime específico de conhecimento? A “verdade” que produz é diferente da que produzem o mito e a literatura? Sabe-se que essa é a posição muitas vezes reafirmada por Hayden White, para quem o conhecimento que o discurso histórico propõe, visto que é “uma forma de operação para criar ficção”, é da mesma ordem que o conhecimento que dão, do mundo ou do passado, os discursos do mito e da ficção. Do mesmo modo, sabe-se que, contra essa dissolução da condição própria do conhecimento histórico, se reafirmou vigorosamente a capacidade de saber crítico da disciplina, apoiada em suas técnicas e operações específicas. Em sua resistência tenaz à “maquina de guerra cética” pós-modernista do “giro linguístico” ou do “giro retórico”, Carlo Ginzburg lembrou várias vezes que, na posteridade da retórica aristotélica, prova e retórica não são antinômicas, mas, antes, estão indissociavelmente ligadas e que, de mais a mais, desde o Renascimento a história soube elaborar as técnicas eruditas que permitem separar o verdadeiro do falso. Daí sua firme conclusão: reconhecer as dimensões retórica ou narrativa da escritura da história não implica, de modo algum, negar-lhe sua condição de conhecimento verdadeiro, construído a partir de provas e de controles. Por isso, “o conhecimento (mesmo o conhecimento histórico) é possível” (GINZBURG, 1999, p. 25).

Todas as tentativas de refundação epistemológica do regime próprio da cientificidade da história, distinto, por sua vez, das verdades da ficção e da linguagem matemática das ciências

da natureza, compartilharam essa afirmação. Diferentes propostas marcaram essa busca: a volta a um paradigma alternativo, designado por Carlo Ginzburg (1979) como “indiciário”, porque baseia o conhecimento na colheita e na interpretação dos sinais, e não no processamento estatístico dos dados, ou a definição de um conceito de objetividade capaz de articular a seleção entre as afirmações admissíveis e as que não o são, com a legítima pluralidade das interpretações (APPLEBY; HUNT; JACOB, 1994, p. 283), ou, mais recentemente, as reflexões em torno de modelos teóricos e operações cognitivas que permitem estabelecer um saber generalizável a partir de estudos de caso, micro-histórias ou estudos comparativos (PASSERON; REVEL, 2005; FORMES..., 2007). Todas essas perspectivas, por mais diferentes que sejam, se inscrevem em uma intenção de verdade que é constitutiva do próprio discurso histórico.

Tais perspectivas permitiram acalmar as preocupações dos historiadores, cujas certezas resultaram extremamente abaladas pela evidenciação do paradoxo inerente a seu trabalho, pois, como afirmou Michel de Certeau (1975, p. 5), “a *historiografia* (ou seja, ‘história’ e ‘escritura’) traz inscrito no próprio nome o paradoxo – e quase o oxímoro – do relacionamento de dois termos antinômicos: o real e o discurso”. Reconhecer esse paradoxo leva a repensar oposições formuladas demasiado bruscamente entre a história como discurso e a história como saber. Com Reinhart Koselleck (1998), de Certeau foi, sem dúvida, o historiador mais atento às propriedades formais do discurso

histórico, colocado e diferenciado dentro da classe dos relatos. Demonstrou como a escritura da história, que supõe a ordem cronológica, o fechamento do texto e o recheio dos interstícios, inverte o procedimento da investigação, que parte do presente, que poderia não ter fim e que se confronta sem cessar com as lacunas da documentação. Demonstrou também que, diferentemente de outros relatos, a escritura da história está desdobrada, folheada, fragmentada: “coloca-se como historiográfico o discurso que ‘compreende’ seu outro – a crônica, o arquivo, o documento –, quer dizer, aquilo que se organiza *folheado*, do qual uma metade, contínua, se apoia sobre outra, disseminada, e assim se dá o poder de dizer o que a outra significa sem a saber. Pelas ‘citações’, pelas referências, pelas notas e por todo o aparelho de remetimentos pertinentes a uma linguagem primeira, o discurso se estabelece como *saber do outro*” (DE CERTEAU, 1975, p. 111). A história como escritura desdobrada tem, então, a tripla tarefa de convocar o passado, que já não está num discurso no presente; mostrar as competências do historiador, dono das fontes; e convencer o leitor: “Sob esse aspecto, a estrutura desdobrada do discurso funciona à maneira de uma maquinaria que extrai da citação uma verossimilhança do relato e uma validade do saber. Ela produz credibilidade” (DE CERTEAU, 1975, p. 111).

Isso significa, então, que não há aí mais que um teatro da erudição que de modo algum dá à história a possibilidade de produzir um conhecimento adequado do passado? Não era essa a posição de Michel de Certeau que, em um livro dedicado a

caracterizar as propriedades específicas da escritura da história, lembra com firmeza a dimensão de conhecimento da disciplina. Para ele, a história é um discurso que produz enunciados “científicos”, se se define com esse termo “a possibilidade de estabelecer um conjunto de *regras* que permitam ‘controlar’ operações proporcionais à produção de objetos determinados” (DE CERTEAU, 1975, p. 64, nota 5). Todas as palavras dessa citação são importantes: “produção de objetos determinados” remete à construção do objeto histórico pelo historiador, já que o passado nunca é um objeto que já está ali; “operações” designa as práticas próprias da tarefa do historiador (recorte e processamento das fontes, mobilização de técnicas de análise específicas, construção de hipótese, procedimentos de verificação); “regras” e “controles” inscrevem a história em um regime de saber compartilhado, definido por critérios de prova dotados de uma validade universal. Como em Ginzburg (e, talvez, mais do que ele mesmo pense, já que ele colocaria de Certeau no campo dos céticos), acham-se associados, e não opostos, conhecimento e relato, prova e retórica, saber crítico e narração.